



Caderno de Provas

CPCP – 34 – BJ

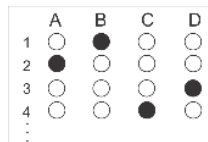
ADVOGADO – BOM JESUS

Edital Nº. 001/2022 – Bom Jesus/RN e São Tomé/RN

Data: ____/____/____

INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher as **Folhas de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue as **Folhas de Respostas** ao fiscal.
- O **Caderno de Provas** só poderá ser levado pelo candidato após decorridas 03h do início da prova.
- Este **Caderno de Provas** contém, respectivamente, 10 (dez) questões de Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Lógica e 15 (quinze) questões de Conhecimentos específicos.
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento das **Folhas de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

<i>Disciplina</i>	<i>Número de questões</i>	<i>Pontos</i>
Língua Portuguesa	10 questões	30 pontos
Lógica	05 questões	10 pontos
Conhecimentos específicos	15 questões	60 pontos
PONTUAÇÃO TOTAL		100 pontos

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

Fome não é problema populacional, mas de desigualdade social.

Clara Balbi

Três séculos atrás, o economista inglês Thomas Malthus vaticinava que, sem controle de natalidade, o mundo estaria destinado à fome. "A população, quando não contida, cresce em progressão geométrica. A subsistência cresce apenas em progressão aritmética. Um pouco de conhecimento em matemática mostrará a imensidão da primeira potência em comparação com a segunda", escreve ele em seu célebre "Ensaio sobre o Princípio da População", de 1798.

A tese ecoa ainda hoje — quando a população mundial atinge a marca dos 8 bilhões, dez vezes a da época do pai da demografia — e influenciou do movimento ambientalista a setores conservadores, que se apropriaram do argumento para defender agendas anti-imigração, por exemplo.

A previsão de Malthus estava errada — ao menos desde a década de 1960, a produção de alimentos, auxiliada pelas inovações tecnológicas, supera o crescimento da população global ano após ano.

Mesmo assim, a fome não abandonou a humanidade. Relatório mais recente da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) indica que o percentual de pessoas que sofrem de subalimentação no mundo só cresceu nos últimos anos, indo de 8% em 2019 para 9,3% em 2020 e 9,8% em 2021. Isso significa que entre 702 milhões e 828 milhões de indivíduos não têm acesso às calorias mínimas necessárias para uma vida ativa e saudável.

Carlo Cafiero, economista e estatístico da FAO, afirma que o problema está na desigualdade econômica, já que é o dinheiro que condiciona a obtenção de comida. "A princípio, é possível ter hoje um mundo livre da fome, porque há alimentos suficientes. A questão é a vontade política de dar ao tema a relevância que ele tem. Os governos precisam trocar suas palavras por ações efetivas", diz.

O pesquisador acrescenta que mesmo os impactos de eventos extremos sobre índices como os de subalimentação e de insegurança alimentar têm mais a ver com as suas consequências para o bolso da população e menos com possíveis obstáculos no plantio ou na distribuição de comida.

É o caso da pandemia de Covid-19, que, segundo a FAO, fez com que 150 milhões de pessoas a mais do que o esperado sofressem de subalimentação. Mesmo a Guerra da Ucrânia, que assombra lideranças mundiais há oito meses, tem impacto relativo sobre a produção de alimentos deste ano, já que boa parte da colheita do trigo na região foi realizada antes do início do conflito. Cafiero sugere que o encarecimento das contas de luz na Europa, motivado pela suspensão do fornecimento do gás natural russo, afeta muito mais a população do continente do que o conflito em si.

Professora de sociologia da Universidade de Heidelberg, na Alemanha, e líder do grupo de pesquisa Alimento pela Justiça, a pesquisadora Renata Motta afirma que as duas crises ainda expuseram a vulnerabilidade do sistema de alimentação global, cuja ênfase no livre comércio e nas vantagens comparativas de cada região fez com que as dietas locais fossem se empobrecendo e se baseassem em poucas *commodities*, como trigo, milho e soja. Assim, quando um evento extremo afeta a produção ou a distribuição de um desses produtos, o sistema inteiro desmorona.

Motta cita o exemplo do trigo. A produção do cereal era subsidiada pelos Estados Unidos, que começaram a escoar o excedente a países em desenvolvimento a título de ajuda internacional. Estes, por sua vez, extinguíram seus sistemas locais de alimentação ao incorporarem o produto — convertendo-se em mercados dependentes dele. "Hoje vemos vários países da África dependendo da importação de trigo da Ucrânia, sendo que isso nem fazia parte da cultura alimentar deles", diz a pesquisadora.

Ainda segundo ela, essa dependência ajuda a perpetuar uma "desigualdade de responsabilidades" entre os que mais contribuem para os problemas globais e os que mais são atingidos por eles. A África, que, de acordo com as projeções da FAO, deve abrigar a maior quantidade de pessoas subalimentadas até 2030, substituindo a Ásia, não tem nenhum país entre os dez maiores emissores de carbono do mundo, mas é muito mais vulnerável a perdas de colheitas devido a mudanças climáticas, por exemplo.

Não que os países ricos estejam a salvo da fome. Motta observa que, desde a adoção das políticas neoliberais dos anos 1980 e, mais fortemente, desde a crise financeira de 2008, houve um grande retrocesso no processo de inclusão social e diminuição da pobreza que vinha ocorrendo no Norte global a partir do fim da Segunda Guerra Mundial.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

Seja como for, é na retomada de uma produção local — em que o plantio de alimentos ou a criação de animais está próxima de seu consumo, e as relações de trabalho são mais justas —, que a pesquisadora enxerga uma solução para a fome. Segundo ela, os dados apontam que a maioria da população na verdade é alimentada por produtores familiares pequenos e médios, e não pelos imensos campos de monoculturas que, além de tudo, têm grande impacto ambiental e social.

Motta argumenta ainda que soluções que visam o consumidor individual, como a recomendação da FAO de reduzir impostos sobre o preço final de alimentos ou as tendências de consumo consciente, não são suficientes para resolver os gargalos do sistema produtivo. O mesmo vale para as "carnes vegetais", desenvolvidas a partir de plantas. "Não é uma tecnologia que vai nos salvar se não mudarmos profundamente as formas de produção e de consumo que levaram à situação atual", diz.

Cafiero, da FAO, afirma que, nesse sentido, ao menos uma parte da teoria malthusiana segue valendo. É necessário preservar os recursos naturais, porque eles nem sempre são renováveis. "Se continuarmos promovendo o crescimento a todo custo, aumentando o tamanho de uma torta a que poucas pessoas têm acesso, não alcançaremos nenhuma segurança. E, em alguns casos, é possível que a fome renasça onde não esperávamos."

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/>>. Acesso em 30 nov. 2022.

01. O texto objetiva, principalmente,

- A) apresentar embasamento científico para invalidar totalmente a teoria do economista Thomas Malthus.
- B) apresentar embasamento científico para justificar a relação entre a fome e a desigualdade social.
- C) explicar por que eventos como a pandemia de Covid-19 contribuem para o agravamento da fome.
- D) explicar a importância da agricultura de perfil familiar na construção de políticas de combate à fome.

02. De acordo com as informações do texto,

- A) as inovações tecnológicas contribuíram para negar a relação direta entre o problema da fome e o crescimento populacional.
- B) o pensamento de Thomas Malthus ainda influencia o mundo atual e serve como argumento para que ambientalistas defendam agendas anti-imigração.
- C) os Estados Unidos, ao incorporarem os excedentes de produção alimentar de outros países, cessaram a produção local de alimentos.
- D) as soluções que procuram atingir o consumidor individual apresentam contribuição nula na resolução dos entraves à produção de alimentos.

03. Sobre a organização do quarto parágrafo, é correto afirmar:

- A) a ideia central está explícita no segundo período e é desenvolvida pelas informações apresentadas no primeiro e terceiro períodos.
- B) a ideia central está implícita, mas é depreendida dos dados apresentados no segundo e terceiro períodos.
- C) a ideia central está diluída e pode ser reconstituída a partir de informações contidas no segundo e terceiro períodos.
- D) a ideia central está explícita no primeiro período e é desenvolvida pelas informações apresentadas no segundo e terceiro períodos.

04. Em relação às citações do discurso alheio presentes no texto, analise as afirmativas abaixo.

- I. No parágrafo 8, há citação indireta em que o autor do texto transcreve as palavras do autor citado.
- II. Nos parágrafos 8, 9, 10 e 11, o autor do texto recorre à citação de discursos de um mesmo autor.
- III. No primeiro parágrafo, o autor do texto recorre, primeiramente, a uma citação indireta e, em seguida, a uma citação direta.
- IV. No parágrafo cinco, há citação direta por meio da paráfrase do discurso do autor citado.

Entre as afirmativas, estão corretas

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) II e III.
- D) I e IV.

05. A palavra **que** foi empregada para retomar um substantivo em:

- A) Três séculos atrás, o economista inglês Thomas Malthus vaticinava que, sem controle de natalidade, o mundo estaria destinado à fome.
- B) Cafiero sugere que o encarecimento das contas de luz na Europa, motivado pela suspensão do fornecimento do gás natural russo, afeta muito mais a população do continente do que o conflito em si.
- C) A produção do cereal era subsidiada pelos Estados Unidos, que começaram a escoar o excedente a países em desenvolvimento a título de ajuda internacional.
- D) Hoje vemos vários países da África dependendo da importação de trigo da Ucrânia, sendo que isso nem fazia parte da cultura alimentar deles.

A questões 6 refere-se ao trecho reproduzido a seguir.

[...] a pesquisadora Renata Motta afirma que as duas crises ainda expuseram a vulnerabilidade do sistema de alimentação global, **cuja** ênfase no livre comércio e nas vantagens comparativas de cada região fez com que as dietas locais fossem se empobrecendo e se baseassem em poucas commodities, como trigo, milho e soja.

06. A palavra em destaque é

- A) um pronome, retoma uma expressão de valor nominal e estabelece uma relação de posse.
- B) um pronome, retoma uma expressão de valor adverbial e estabelece uma relação de posse.
- C) uma conjunção, retoma uma expressão de valor nominal e estabelece uma relação condição.
- D) uma conjunção, retoma uma expressão de valor adverbial e estabelece uma relação de condição.

A questão 7 refere-se ao período reproduzido a seguir.

É necessário preservar os recursos naturais, porque eles nem sempre são renováveis.

07. O conector que introduz a terceira oração poderia ser substituído, sem prejuízo ao sentido, por

- A) desde que.
- B) contanto que.
- C) apesar de que.
- D) uma vez que.

A questão 8 refere-se ao período reproduzido a seguir.

Três séculos atrás, o economista inglês Thomas Malthus vaticinava que, sem controle de natalidade, o mundo estaria destinado à fome.

08. Nesse contexto linguístico, o verbo em destaque atribui ao sujeito a ação de

- A) explicar.
- B) confirmar.
- C) identificar.
- D) prognosticar.

A questão 9 refere-se ao período reproduzido a seguir.

Se continuarmos promovendo o crescimento a todo custo, aumentando o tamanho de uma torta a que poucas pessoas têm acesso, não alcançaremos nenhuma segurança. E, em alguns casos, é possível que a fome renasça onde não esperávamos.

09. Sobre a palavra em destaque, é correto afirmar:

- A) é uma preposição e sua presença na estrutura da frase é justificada pela regência do nome acesso.
- B) é uma preposição e sua presença na estrutura da frase é justificada pela regência do verbo acessar.
- C) é um artigo e sua presença na estrutura da frase é justificada pela regência do nome acesso.
- D) é um artigo e sua presença na estrutura da frase é justificada pela regência do verbo acessar.

A questão 10 refere-se ao trecho reproduzido a seguir.

Motta cita o exemplo do trigo. A produção do cereal era subsidiada pelos Estados Unidos, que começaram a escoar o excedente a países em desenvolvimento a título de ajuda internacional. Estes, por sua vez, extinguiram seus sistemas locais de alimentação ao incorporarem o produto, — convertendo-se em mercados dependentes dele.

- 10.** Sobre as possibilidades de pontuação do trecho, considerando-se as relações sintático-semânticas da língua portuguesa, é correto afirmar:
- A) a retirada da primeira vírgula mantém o sentido de explicação.
 - B) a retirada da segunda vírgula é sintaticamente adequada.
 - C) o travessão poderia ser substituído por uma vírgula.
 - D) o travessão poderia ser substituído por um ponto.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – LÓGICA

11. Três candidatos prestaram concurso para a cidade de São Tomé-RN: André, Erick e Henrique. É conhecido que um ou mais deles conseguiu aprovação no concurso e que:

- V. se André foi aprovado, então Erick não foi aprovado no concurso;
- VI. ou Henrique não foi aprovado ou Erick não foi aprovado, mas não ambos;
- VII. Henrique não foi aprovado.

Sendo assim, conclui-se que:

- A) somente André foi aprovado.
- B) somente Erick não foi aprovado.
- C) não foram aprovados André e Henrique.
- D) não foram aprovados Erick e Henrique.

12. Observe a sequência a seguir:

C - 9	F - 24	J - 50	O - 90	? - #
--------------	---------------	---------------	---------------	--------------

Considerando a ordem das 26 letras de nosso alfabeto e os números da sequência associados a elas, a soma dos quatro números conhecidos e o que ocupará a posição #, totaliza:

- A) 230.
- B) 320.
- C) 270.
- D) 380.

13. Considerando a lógica matemática, uma afirmação equivalente à afirmação: “as questões estão fáceis ou os concurseiros são inteligentes” é:

- A) as questões estão fáceis e os concurseiros são inteligentes.
- B) as questões não estão fáceis e os concurseiros não são inteligentes.
- C) se as questões estão fáceis, então os concurseiros são inteligentes.
- D) se as questões não estão fáceis, então os concurseiros não são inteligentes.

14. Considere as proposições apresentadas na ordem a seguir:

- I. A Alemanha foi campeã da Copa do Mundo de futebol de 2022;
- II. O produto de 0,5 por um número par resulta em um número inteiro.

Dadas essas informações, é correto afirmar que:

- A) A conjunção entre as proposições I e II tem valor lógico verdade.
- B) A condicional entre as proposições I e II tem valor lógico verdade.
- C) A disjunção entre as proposições I e II tem valor lógico falso.
- D) A bicondicional entre as proposições I e II tem valor lógico verdade.

QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA – ADVOGADO – BOM JESUS

16. A repartição de competências é um dos temas mais judicializados no ordenamento pátrio, tendo o Supremo Tribunal Federal (STF) decidido diversas questões acerca da matéria. Segundo entende o STF sobre o tratamento constitucional acerca dos Municípios, é correto afirmar que
- A) o município é competente para legislar, condicionando a liberação de veículo apreendido ao pagamento de multas, preços públicos e demais encargos decorrentes de infração.
 - B) o município não pode legislar sobre a definição do tempo máximo de espera de clientes em filas de instituições bancárias.
 - C) os municípios são competentes para legislar sobre a obrigatoriedade de instalação de hidrômetros individuais nos edifícios e nos condomínios em razão do preponderante interesse local envolvido.
 - D) os municípios não têm autonomia para regular o horário do comércio local, por se tratar de competência estadual.
17. O Prefeito do município Alfa enviou projeto de lei municipal que veda a instalação e o funcionamento de novo estabelecimento comercial a menos de dois quarteirões de outro da mesma natureza. Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, o citado projeto de lei
- A) seria constitucional se tivesse sido proposto por um vereador.
 - B) é material e formalmente compatível com a Constituição Federal.
 - C) é incompatível com a Constituição Federal, por violar o Princípio da livre iniciativa de atividade econômica.
 - D) não afrontaria a Constituição Federal se tivesse sido proposto pelo Governador do Estado onde o município Alfa se situa.
18. A União não repassou o Fundo de Participação do Município (FPM) para o Município Beta. Isso posto, a Câmara dos Vereadores do citado Município ajuizou ação contra a União para que esta liberasse acesso ao mencionado Fundo. Diante de tal fato, segundo o Superior Tribunal de Justiça (STJ),
- A) a Câmara de Vereadores não possui personalidade jurídica nem judiciária.
 - B) a Câmara de Vereadores não possui personalidade judiciária, mas apenas personalidade jurídica, de modo que somente pode demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais, entendidos esses como sendo os relacionados ao funcionamento, à autonomia e à independência do órgão, o que não permite a cobrança judicial do FPM por parte do órgão legislativo municipal.
 - C) para se aferir a legitimação ativa dos órgãos legislativos, é necessário qualificar a pretensão em análise para se concluir se está ou não relacionada a interesses e prerrogativas institucionais, não se enquadrando, nesse rol, o interesse patrimonial do ente municipal, como o FPM.
 - D) por se tratar de um assunto ligado aos direitos institucionais da Câmara Municipal, estas têm personalidade jurídica para ajuizar diretamente ação judicial para exigir o repasse do FPM.
19. Determinado vereador, preocupado com o aumento do número de motoristas por aplicativo no seu município, apresentou projeto de lei proibindo tal profissão no local. Tal projeto de lei
- A) configura limitação desproporcional à liberdade de iniciativa, limitação que provoca restrição oligopolística do mercado em benefício de certo grupo e em detrimento da coletividade.
 - B) não afronta o princípio da busca pelo pleno emprego, pois não impede a abertura do mercado a novos entrantes.
 - C) não apresenta nenhum vício por se tratar de matéria de interesse local, cabendo ao município, diante de sua autonomia, legislar sobre o assunto.
 - D) não invade a competência da União para legislar sobre “diretrizes da política nacional de transportes”, “trânsito e transporte” e “condições para o exercício de profissões”.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

20. Segundo o STF, os direitos fundamentais não são absolutos, sujeitando-se a restrições, desde que proporcionais, na proteção de outros valores. Como exemplo dessa afirmação, tem-se que
- A) a vacinação compulsória não significa vacinação forçada, por exigir sempre o consentimento do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes.
 - B) é compatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais.
 - C) é inconstitucional a lei de proteção animal que, a fim de resguardar a liberdade religiosa, permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.
 - D) o sigilo profissional constitucionalmente determinado exclui a possibilidade de cumprimento de mandado de busca e apreensão em escritório de advocacia, pois trata-se de local onde existem documentos que dizem respeito a outros sujeitos não investigados.
21. Mévio preencheu os requisitos para obter o direito à usucapião especial urbana, prevista no art. 183 da Constituição Federal. O plano diretor da cidade proíbe a existência de imóveis urbanos registrados com metragem inferior a 75m², ou seja, o módulo mínimo dos lotes urbanos naquele Município seria de 75m². O imóvel ocupado por Mévio possui 70m². Ele procurou um advogado e contratou serviços advocatícios na modalidade *ad exitum*, tendo seu causídico solicitado justiça gratuita, o que foi negado pelo magistrado, sob o argumento de que a modalidade *ad exitum* impede o benefício da justiça gratuita. O advogado foi intimado da decisão tanto pelo Diário de Justiça Eletrônico como também pelo Portal Eletrônico de Intimação. No caso em questão
- A) caso Mévio perguntasse sobre o ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por ato oneroso *inter vivos*) ao seu advogado, este deveria dizer que sempre incide ITBI sobre a aquisição de imóvel por usucapião, uma vez que se trata de transmissão da propriedade.
 - B) o fato de o imóvel em questão não atender ao mínimo dos módulos urbanos exigidos pela legislação local para a respectiva área (dimensão do lote) é motivo suficiente para se negar o pedido de usucapião.
 - C) o termo inicial de contagem dos prazos processuais, em caso de duplicidade de intimações eletrônicas, dá-se com a realizada pelo portal eletrônico, que prevalece sobre a publicação no Diário da Justiça (DJe).
 - D) não é possível o deferimento de assistência judiciária gratuita a jurisdicionado que tenha firmado com seu advogado contrato de honorários com cláusula *ad exitum*.
22. Determinada pessoa jurídica possui contrato administrativo de prestação de serviço de limpeza das repartições da administração direta do município Beta. Durante o contrato, a empresa citada apresentou documentação falsa ao fiscal do contrato. Diante de tal situação, com base na nova lei de licitações, é possível afirmar que, em tese,
- A) a pessoa jurídica ficará impedida de licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 4 anos.
 - B) a punição prevista impedirá o responsável de licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.
 - C) caso a Administração Pública entenda por aplicar multa, esta será a única punição possível.
 - D) se as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública ao contratado, além da perda desse valor, a diferença deverá ser cobrada judicialmente, sem possibilidade de desconto da garantia prestada.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

23. Segundo a Constituição Federal, os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. Sobre o tema, segundo o STF,
- A) a eventual exposição a situações de risco a que podem estar sujeitos os guardas municipais garante direito subjetivo constitucional à aposentadoria especial.
 - B) é inconstitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.
 - C) é constitucional lei municipal que prevê como infração disciplinar de natureza leve apresentar-se ao trabalho com barba por fazer, bem como bigode, cabelos ou unhas que não sejam “condizentes com a dignidade da instituição.”
 - D) os integrantes de guardas municipais do país não têm direito ao porte de armas de fogo, independentemente do tamanho da população do município.
24. Um servidor público municipal foi acusado de usar dolosamente um documento falso para obter uma promoção funcional. Diante de tal fato, a autoridade competente tomou as medidas legais cabíveis, sendo aberto processo administrativo disciplinar. Nessa situação hipotética, é correto afirmar que,
- A) caso o processo administrativo disciplinar necessite de prorrogação, o excesso de prazo para a sua conclusão causa nulidade independentemente de demonstração de prejuízo à defesa, conforme entende o STJ.
 - B) caso o servidor também seja processado criminalmente, sua absolvição no processo penal, independentemente do motivo, implicará no afastamento da sua responsabilidade administrativa, consoante entendimento do STF.
 - C) caso o servidor também seja processado judicialmente por improbidade administrativa, segundo o texto expresso da legislação, a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
 - D) segundo a jurisprudência do STF, o servidor deverá, obrigatoriamente, constituir advogado para fazer sua defesa técnica no processo administrativo disciplinar.
25. Mévio, servidor público de uma autarquia do município Alfa, foi trabalhar alcoolizado e, sem nenhum motivo, agrediu física e verbalmente um cidadão que se dirigiu até a repartição onde ele trabalhava. Diante de tal cenário, é correto afirmar que,
- A) caso Mévio comprove que seja vítima de alcoolismo, doença crônica que gera a dependência do uso abusivo do álcool, a responsabilidade civil da Administração Pública será afastada.
 - B) estando diante da prática de um crime, os demais servidores presentes poderiam, em tese, prender Mévio em flagrante delito.
 - C) segundo a jurisprudência do STF, o cidadão deverá propor ação de indenização obrigatoriamente contra Mévio e contra a autarquia, que figurarão conjuntamente no polo passivo da ação.
 - D) se o dirigente da autarquia presenciar a citada irregularidade praticada por Mévio, poderá determinar imediatamente uma sanção administrativa, independentemente de processo administrativo.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

26. Segundo entende o Supremo Tribunal Federal, em caso de dívidas da Câmara Municipal com a Fazenda Nacional, a recusa desta em emitir certidão negativa de débitos ao Executivo Municipal respectivo deve ser resolvido da seguinte forma
- A) a imposição de sanções ao Executivo em virtude de pendências do Poder Legislativo local constitui violação ao princípio da intranscendência, na medida em que o Poder Executivo não tem competência para intervir na esfera orgânica da Câmara Municipal, que dispõe de plena autonomia institucional.
 - B) não é lícita a aplicação dos princípios da separação dos poderes e da autonomia financeira e administrativa para eximir o Município das responsabilidades assumidas por seus órgãos, como no caso em questão.
 - C) não é possível a emissão de certidão negativa de débito em favor do Município, na hipótese em que existe dívida com a Fazenda Nacional sob a responsabilidade da respectiva Câmara Municipal, pois a Câmara Municipal constitui órgão integrante do Município.
 - D) o fato de a Prefeitura e Câmara Municipal possuírem diferentes CNPJ não corrobora a tese de que cada um deles deve arcar com suas respectivas obrigações fiscais, podendo a inadimplência do Legislativo prejudicar direitos do Executivo.
27. O prefeito do município Alfa solicitou ao procurador-geral do município que lhe enviasse um relatório contendo entendimentos do STF acerca do artigo 156, inciso III, da Constituição Federal, que diz que compete aos Municípios instituir imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou ISQN). O relatório, ao ser produzido, continha a informação de que
- A) é exemplificativa a lista de serviços sujeitos ao ISS a que se refere o artigo, admitindo-se a incidência do tributo sobre as atividades inerentes aos serviços elencados em lei, em razão da interpretação extensiva.
 - B) é inconstitucional a incidência de ISS sobre operações de locação de bens móveis.
 - C) incide ISS sobre as operações de venda de medicamentos preparados por farmácias de manipulação sob encomenda e sobre as operações de venda de medicamentos por elas ofertados aos consumidores em prateleira.
 - D) as operadoras de planos de saúde realizam prestação de serviço que não se sujeita ao ISSQN, previsto no referido artigo da Constituição Federal.
28. Sobre o Município de Bom Jesus/RN e o texto expresso em sua Lei Orgânica, é correto afirmar que
- A) compete privativamente ao seu Prefeito nomear 1/3 dos Ministros do Tribunal de Contas municipal, cabendo ao Legislativo Municipal nomear os 2/3 restantes.
 - B) o município de tem como símbolos o brasão, a bandeira, sua moeda e o hino.
 - C) o seu Prefeito pode fixar residência fora do Município, desde que autorizado por 4/5 da Câmara Municipal.
 - D) os Secretários Municipais são solidariamente responsáveis, junto com o Prefeito, pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.
29. Caio, servidor público municipal de Bom Jesus/RN, foi demitido após processo administrativo disciplinar mas conseguiu anular o processo judicialmente, tendo este já transitado em julgado. Diante de tais informações, segundo o Código dos Servidores Públicos do município, Caio terá direito ao seguinte instituto
- A) readaptação.
 - B) readmissão.
 - C) reintegração.
 - D) reversão.

CONCURSO PÚBLICO DAS PREFEITURAS/CÂMARA MUNICIPAIS DO POTENGI
EDITAL Nº 001/2022 – BOM JESUS/RN E SÃO TOMÉ/RN

30. Aderbalino, servidor público municipal de Bom Jesus/RN, faltou ao trabalho sem causa justificada por período superior a 30 dias consecutivos. A autoridade competente determinou a abertura de processo administrativo disciplinar. Consoante ao Código dos Servidores Públicos do município
- A) caso Aderbalino seja indiciado e, regularmente citado, não apresente defesa no prazo legal, será decretada sua revelia, com todos os seus efeitos, sendo presumido culpado.
 - B) como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar pode determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 90 dias, com prejuízo da remuneração.
 - C) por se tratar de falta de assiduidade, a pena aplicável será a demissão.
 - D) o presidente da comissão dedicará, sempre que necessário, todo o seu tempo aos trabalhos do processo, ficando seus membros, em tal caso, dispensados dos serviços em suas respectivas repartições, durante as diligências e elaboração do relatório conclusivo.